

TRAJETÓRIA EXPERIENCIAL NA EDITORAÇÃO CIENTÍFICA: ENTREVISTA COM O PROFESSOR ALEX BRANCO FRAGA

EXPERIENCE OF AN EDITOR OF A JOURNAL: INTERVIEW WITH PROFESSOR ALEX BRANCO FRAGA

Samara Moura Barreto de Abreu¹
Braulio Nogueira de Oliveira²

RESUMO

O Prof. Alex Branco Fraga é docente da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e coordenador do grupo de pesquisa Políticas de Formação em Educação Física e Saúde (Polifes). Dentre outros temas, dedica-se ao estudo da editoração científica, temática explorada em seu estágio pós-doutoral na Faculty of Kinesiology & Physical Education (FKPE) e The Centre for Critical Qualitative Health Research (CQ), ambos da University of Toronto, Canadá. É também editor chefe da revista *Movimento*, da UFRGS. Aborda, na entrevista, sua trajetória experiencial, enfatizando desafios e potencialidades nesse campo e as implicações sobre os referentes de qualidade.

Palavras-chaves: Editoração Científica. Comunicação científica. Periódicos. Qualis. Educação Física.

ABSTRACT

Prof. Alex Branco Fraga is a professor at the Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) and leader of the Políticas de Formação em Educação Física e Saúde (Polifes) research group. Among other topics, he is dedicated to the study of publishing, a theme explored in his postdoctoral internship at the Faculty of Kinesiology & Physical Education (FKPE) and The Center for Critical Qualitative Health Research (CQ), both from the University of Toronto, Canada. He is editor-in-chief of UFRGS's journal *Movimento*. In the interview, he discusses his experience, emphasizing challenges and potentialities in this field and the implications on quality referents.

Keywords: Scientific Publishing. Scientific Communication. Periodical. Qualis. Physical Education.

1) Você poderia falar um pouco sobre a sua trajetória experiencial na editoração científica na área de Educação Física? Como essa realidade foi se constituindo em sua formação e no desenvolvimento profissional docente?

A minha trajetória experiencial na editoria de revistas começou, por incrível que pareça, logo quando eu terminei meu doutorado, em 2005. Coincidentemente, também nesse ano aconteceu o Conbrace, em Porto Alegre, o Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte, que tem a *Revista Brasileira de Ciências do Esporte (RBCE)*, uma das mais antigas de Educação Física, no Brasil, ainda em atividade. Naquela época, os editores eram a professora Carmen Lúcia Soares e o professor Jocimar Daólio, que estavam em fim de mandato, e já haviam manifestado à direção do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (CBCE), à época, que não iriam seguir na função.

Diante dessa decisão, a direção do CBCE resolveu convidar a mim e à professora Silvana Goellner, durante o Conbrace de 2005, convite que prontamente aceitamos. No final do mesmo ano, em uma reunião na [Universidade de Campinas] Unicamp, com Carmen Lucia Soares e Jocimar Daólio, assumimos a editoria da *RBCE*. Ter a minha primeira experiência editorial em uma das mais antigas e renomadas revistas brasileiras de nossa área foi uma honra e, ao mesmo tempo, um enorme desafio, pois não havia - e ainda não há em muitos lugares - formação para a carreira de editor. Aprendia-se - e ainda se aprende - a ser editor de revista no exercício da função, portanto, os desafios que Silvana e eu assumimos eram enormes, pois, para

ela, a função também era uma novidade. Tanto para Silvana quanto para mim, o fato de estarmos dividindo as responsabilidades na tarefa editorial, nos deixava mais seguros, já que, naquela época, o trabalho era mais artesanal e tínhamos à disposição apenas um secretário, um orientando de mestrado da Silvana, em nosso Programa de Pós-graduação (PPG), para a organização de todo o processo.

A título de exemplo sobre o quão artesanal era o processo de funcionamento das revistas brasileiras, naquela época, o momento no qual se “tomava posse” como editor da *RBCE* era quando se “buscava a revista” na instituição onde atuava o predecessor. Em nosso caso, tomamos posse quando fomos a Campinas buscar o acervo da *RBCE*, que, basicamente, eram os números impressos, os manuscritos em papel e os velhos disquetes, nos quais estava registrada a história da revista. Dá para imaginar que toda a documentação de uma revista do porte da *RBCE* ficava armazenada em disquetes e um volume gigantesco de papéis? Quando comecei nesse processo de editoração de revistas, as submissões dos artigos eram feitas por correio convencional, com os textos encaminhados em papel impresso e acompanhados de disquete, para que fosse possível fazer a editoração do material. A *RBCE* operava por meio de dossiês específicos para cada fascículo, o que nos levava a eleger temáticas para cada número e a solicitar a submissão de artigos dentro do escopo daquela temática. Não havia, portanto, fluxo contínuo, era necessário pensar e divulgar as temáticas com alguma antecedência para que pudéssemos ter um volume de artigos suficiente para operacionalizar a avaliação

de número mínimo de artigos para publicação de cada um dos quatro fascículos da *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*.

Nosso mandato na *RBCE* terminou em 2008. E dada a experiência acumulada, já naquele mesmo ano fui convidado, pelos colegas Marco Paulo Stigger e Vicente Molina Neto, para atuar na *Movimento*. Lá comecei como editor de seção, desempenhando as funções que hoje correspondem às do editor executivo; depois assumi a função de editor adjunto; e, em dezembro de 2012, assumi a função de editor chefe, quando o colega Marco Paulo Stigger saiu para o seu estágio pós-doutoral em Paris.

2) Quais os principais desafios encontrados nessa trajetória de editoração científica na área de educação física, considerando os elementos históricos políticos da área como um campo de produção de conhecimento científico?

A questão mais complicada, no início, era dar conta de todo um procedimento editorial na era analógica, muito centrado no papel, baseado na comunicação por *e-mail*, e até mesmo por correio convencional. O volume de artigos era muito menor, evidentemente, mas o trabalho era muito maior. Uma equipe muito pequena, sem financiamento constante, e uma revista em que predominava a versão impressa. As revistas impressas demandavam um trabalho muito pesado, por parte de toda a equipe, pois tinha todo um processo de revisão da parte gráfica. Seguiu para uma gráfica, para fazer todo o procedimento de organização e editoração, para depois ir

para a impressão final. Era muito trabalhoso, e sempre havia o risco de algo sair com algum tipo de erro, e, por ser impresso, havia pouca margem de manobra para qualquer retificação. Só por meio de errata, o que gerava trabalho extra.

Apesar de termos evoluído muito, no processo de profissionalização das revistas, dá para afirmar que o trabalho editorial da maior parte das revistas nacionais ainda hoje tem traços de semiprofissional; em alguns casos, é quase amador, pois depende muito do trabalho voluntário de professores, técnicos e estudantes de graduação e pós-graduação. Evidentemente, revistas como a *RBCE*, a *Movimento*, a *Revista Brasileira de Medicina do Esporte*, *Revista de Cineantropometria e Desenvolvimento Humano*, a revista *Motriz*, a *Pensar a Prática*, já adquiriram um *status* profissional, mas, mesmo assim, não deixam de contar com o trabalho dedicado e voluntário de muitos colegas nossos que abraçam essas revistas, bem como dos avaliadores *ad hoc*. É um trabalho que, por exemplo, não tem uma determinada carga horária específica dos docentes/pesquisadores que se dedicam à editoria, pelo menos no caso da maioria das universidades federais. Também não é comum ter financiamento externo, principalmente hoje em dia, o que nos leva a buscar uma série de outros recursos para sustentar a revista, além de tentar viabilizar uma série de solicitações de apoio para contar com mais pessoas no desenvolvimento do trabalho. No caso da *Movimento*, por exemplo, temos colegas da biblioteca da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança, que trabalham para a revista, e isso não chega a se

configurar como uma função formal a ser desempenhada pelas colegas envolvidas, pois, muitas vezes, não é vista nem mesmo como uma função específica do profissional bibliotecário. Esse tipo de situação pode ser, a longo prazo, um complicador para a sequência do trabalho na revista, pois, quando alguém se aposenta, e quem assume não tem o mesmo perfil, o trabalho fica prejudicado. Felizmente, dada a tradição e o prestígio da *Movimento* dentro da UFRGS, várias colegas bibliotecárias têm se interessado pelo trabalho de editoração de revistas. A profissionalização dos serviços, portanto, é um desafio para revistas como a *Movimento*, especialmente diante de um cenário de incertezas que se apresenta para o serviço público federal no atual governo.

3) Que dispositivos de gestão editorial fundam a sua experiência em revistas científicas? Qual é o suporte institucional (incentivos financeiros, recursos humanos) necessário para a consolidação de uma revista científica de qualidade reconhecida?

No que se refere à questão do financiamento, tivemos um forte retrocesso em função da política adotada pelo novo governo federal, que assumiu em janeiro de 2019. Esse governo demonstra ser frontalmente contra a produção do conhecimento científico, por conseguinte, contra a divulgação científica, especialmente oriunda das universidades públicas federais. Essa política de confronto reflete-se numa série de questões, como a ausência de editais voltados ao financiamento específico para a editoração científica; a dificuldade na distribuição de bolsas; a escassez de concursos públicos; etc. A título de

exemplo, quando a revista *Movimento* adquiriu prestígio internacional, e passou a ocupar uma posição destacada nos *rankings* nacionais, passou a contar com projetos de financiamento de vários setores públicos, como o Ministério do Esporte, num primeiro momento; o [Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico] CNPq e a [Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior] Capes, nos últimos anos. Era possível manter toda a produção da revista por um ano, às vezes quase dois, com os recursos concedidos. Contudo, tínhamos de renovar o projeto todos os anos, para contar com esse tipo de financiamento.

No primeiro semestre de 2018, dada a dificuldade de captação de recursos via editais, começamos a discutir alternativas para assegurar a qualidade da publicação e continuar atendendo aos requisitos mínimos para manutenção das revistas nas bases de dados internacionais em que hoje se encontra. Para tanto, optamos pela cobrança de uma taxa de processamento dos artigos submetidos. Foram várias reuniões com a Comissão Editorial, e uma delas, inclusive, contou com os editores eméritos, para que pudéssemos “bater o martelo” com relação à cobrança e à modelagem de taxa. Depois de várias proposições, consideramos que a modelagem ideal seria a cobrança da taxa de submissão.

Cabe esclarecer que uma revista sempre tem um custo a ser coberto. Se não há financiamento público, esse custo é pago pelo autor, ou pelo leitor. Então, para evitar a cobrança do leitor, que seria contrário ao princípio do acesso livre ao qual estamos fortemente vinculados e, ao mesmo tempo, incentivar a submissão responsável, passamos a cobrar uma taxa

de submissão a partir de 1º de setembro de 2018. Se voltarmos a receber financiamento público das agências de fomento, muito provavelmente deixaremos de cobrar ou teremos uma taxa meramente simbólica. Por enquanto, acreditamos que a cobrança no momento da submissão é uma forma mais justa de financiamento coletivo. Há revistas que cobram entre R\$ 800,00 a R\$1.500,00 dos autores, quando o trabalho é aceito, mas não cobram nada para submeter. No caso dessas revistas, todo o processo de avaliação, de todos os manuscritos submetidos, passa a ser financiado somente pelos autores que têm seus artigos aceitos. E há revistas que cobram taxa de submissão e de aceite, o que onera demasiadamente o autor. Então, julgamos que o mais justo é a cobrança somente de uma taxa de submissão.

Existem muitas críticas à cobrança pela submissão, e a maioria está centrada no fato de que o trabalho submetido pode não vir a ser aceito. Também somos autores e entendemos bem esse tipo de crítica, mas é preciso ter claro, no momento em que se submete um artigo na *Movimento*, que a taxa é cobrada pela submissão, e não pela aceitação do artigo. E quando se submete um manuscrito à avaliação de uma revista como a *Movimento*, o percentual de rejeição é de mais de 50% dos manuscritos submetidos, apenas no ano de 2019. Em que pesem as controvérsias, a taxa cobrada é uma espécie de financiamento coletivo de um patrimônio científico-cultural da Educação Física brasileira.

A *Movimento* é uma revista vinculada a uma universidade pública, que divulga a produção de conhecimento dos campos sociocultural e pedagógico da Educação Física, e que hoje figura nas

mais importantes bases de dados internacionais. Provavelmente, pouca gente saiba, mas, desde 2009, a revista tem sido anualmente avaliada pelo Journal Citation Report (JCR) - Web of Science (WoS), e é a única revista brasileira da Educação Física e dos Esportes (EFE) a constar na divisão Social Science Citation Edition (SSCI) dessa renomada base de dados internacional. Em consulta realizada no mês novembro de 2019, na plataforma JCR-SSCI-WoS, entre os 3.381 periódicos lá cadastrados e avaliados, há 47 periódicos diretamente ligados ao campo da EFE; 24 deles baseados nos Estados Unidos da América (EUA); 14, na Inglaterra; dois, na Holanda; e um em cada um dos seguintes países: Alemanha, África do Sul, Brasil, China, Croácia, Espanha e Itália. Desse total, 44 publicam artigos exclusivamente na língua inglesa, inclusive aqueles países nos quais o inglês não é a língua oficial. A *Movimento* destaca-se tanto por ser a única revista brasileira na JCR-SSCI-WoS quanto por ser a única nessa base de dados que aceita submissões nos quatro principais idiomas falados no continente americano: português, espanhol, inglês e francês.

Houve muito investimento para que a revista *Movimento* chegasse nesse patamar, e nesse período de escassez de investimento público precisamos encontrar outras possibilidades de financiamento, para manter o padrão da revista. Nossa missão, nesse momento histórico, é encontrar alternativas para preservar esse patrimônio e deixar um legado positivo às próximas gerações.

No que se refere aos recursos humanos, temos um diferencial, quando comparados às demais revistas nacionais. Conforme mencionado, temos um corpo

de pessoas ligadas à biblioteca da UFRGS; estudiosas do campo da Ciência da Informação; que são as bibliotecárias diretamente envolvidas com a produção da revista. Inclusive, a editora adjunta é uma bibliotecária que fez o mestrado em Ciências da Informação, e depois o doutorado em nosso PPG em Ciências do Movimento Humano da UFRGS, que é a Ivone Job, uma bibliotecária com doutorado em nossa área e hoje editora adjunta da revista, uma raridade no mundo da editoração científica no campo da EFE. Apesar de já estar aposentada, ela faz questão de seguir atuando na revista e tem nos dado um suporte muito importante, e desde muito tempo. Com seu trabalho, ajudou a convencer os diferentes setores da nossa escola de que a editoração de revistas é um dos nichos da Biblioteconomia, e que, portanto, nossa universidade, e mais especificamente nossa escola, precisava apostar na biblioteca como suporte fundamental para a operacionalidade da revista. É bem provável que a *Movimento* seja uma das únicas revistas que tem uma sala exclusiva dentro de uma biblioteca. Isso faz uma diferença muito grande, não apenas pelo fator material, mas também pelo simbolismo. Em função do pioneirismo da Ivone, hoje contamos com outra colega bibliotecária, a Ana Cristina Griebler, que atua na biblioteca da [Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança] Esefid/UFRGS, e abraçou a revista muito em função desse trabalho inicial da Ivone. Ana é outra colega que desenvolve um trabalho extraordinário em várias áreas da revista, e hoje está à frente da editoria de texto.

É interessante notar que muitas pessoas que conhecem a revista, que leem

os artigos, e até mesmo submetem manuscritos, não fazem ideia do volume de trabalho que há no que chamamos de “cozinha” da *Movimento*. Depois que um manuscrito é submetido, um longo e complexo processo se inicia, mobilizando um número considerável de colegas e recursos. A primeira tarefa é analisar se o manuscrito cumpre, ou não, todas as normas da revista, e, como são muitas, várias pessoas se envolvem nessa checagem. Essa é uma tarefa destinada aos editores executivos. Se estiver tudo certo com as normas, encaminham então o manuscrito para a editoria de seção; senão, a autoria é informada de que é necessário ajustar alguma coisa. Não é necessário fazer uma nova submissão, mas a autoria precisa deixar tudo pronto para seguir adiante. Também temos hoje vários colegas trabalhando como editores de seção, dado o volume de manuscritos recebidos, pois, antes da cobrança da taxa, chegou a bater na casa dos cem artigos por mês, algo humanamente impossível de processar. Para trabalhar dentro das nossas possibilidades, ainda antes de implantarmos a cobrança de taxa, estabelecemos a seguinte regra: no máximo duas submissões simultâneas por autor/coautor. Essa simples regra, que ainda permanece, levou à diminuição no volume de submissões. A distorção no processo fazia com que toda a estrutura da revista fosse acionada para avaliar cinco, seis, às vezes, sete artigos de uma mesma autoria. Não fazia o menor sentido! A partir da adoção dessa regra, havendo dois manuscritos em avaliação de um mesmo autor/coautor, o manuscrito recém-submetido era arquivado e só poderia ser novamente submetido assim que uma decisão final sobre um dos dois

manuscritos em avaliação já tivesse sido tomada.

Essa ideia surgiu quando estava desenvolvendo um projeto durante o período em que atuei como professor visitante na FKPE, na UofT. O projeto tinha por objetivo analisar o processo de consolidação de revistas científicas líderes na área da EFE indexadas na Web of Science (WoS), mais especificamente, na Social Science Citation Edition (SSIE), e como essas revistas lidavam com as demandas implícitas para aumentar seu fator de impacto e o aumento da submissão de artigos originalmente escritos por autores que não têm o inglês como primeira língua. Entrevistei dez editores de 47 revistas do campo da EFE, à época, indexadas na SSIE. Um deles, durante a entrevista, comentou que sua revista havia adotado como regra avaliar somente um artigo, de um determinado autor/coautor, por vez, ou seja, se já houvesse outro manuscrito do mesmo autor/coautor em processo de avaliação, a nova submissão não seria levada em conta. Considerei essa decisão muito justa; simples e genial, e aplicável aos casos das revistas brasileiras que recebiam um volume extraordinário de submissões. Só que, para adaptar à realidade da revista *Movimento*, precisávamos fazer um ajuste, pois a submissão limitada a um único manuscrito por autor/coautor não seria adequada, devido ao tempo necessário para o encerramento do ciclo de avaliação de um manuscrito. Por isso, decidimos limitar a dois manuscritos em avaliação simultânea.

Antes, havíamos adotado outro tipo de limitação. Não me lembro exatamente o ano em que passamos a seguir a regra de publicar apenas dois artigos, por ano, de um mesmo autor/coautor. Ainda hoje,

seguimos essa regra, mas o fato de, naquela época, não termos colocado uma trava para o número de submissões por autor/coautor, acabamos produzindo um acúmulo de manuscritos em avaliação, pois não podíamos dar vazão aos já aprovados, que ultrapassavam o limite imposto. Tivemos um caso emblemático, e que nos serve de exemplo, sobre a importância da limitação do número de submissões. Certa vez, um colega submeteu cinco manuscritos de uma só vez, e quase todos foram aprovados no espaço de um ano. Como era necessário aplicar a regra dos dois artigos por autor/coautor, por ano, tivemos que represar a publicação de três deles, assim, o último dos trabalhos aprovados veio a ser publicado quase três anos depois de submetido, o que é muito ruim para todos os envolvidos. Ao adotar a regra da submissão simultânea de apenas dois manuscritos por autor/coautor, corrigimos esse tipo de distorção. Contudo, só foi possível sentir os efeitos da equalização de ambas as regras em 2019, já que tínhamos manuscritos aprovados antes da efetiva implantação dessa regra.

Além da equipe da *Movimento*, que pertence aos quadros da UFRGS, outra marca que considero importante destacar é o fato de contarmos com colegas de fora da Esefid/UFRGS no trabalho de apoio. Além do Edwin Alexander Cañon-Buitrago, que é professor da Universidad de la República do Uruguay (Udelar), e também atua na Editoria Executiva, já passaram - e muitos ainda atuam - pela editoria de seção, colegas de outras instituições de dentro e fora do Brasil, como é o caso de Edison Jesus Manoel (Universidade de São Paulo - USP); Santiago Pich (Universidade Federal de

Santa Catarina - UFSC); Leandro Forell (Universidade Estadual do Rio Grande do Sul - UERGS); Ileana Wenez (Universidade Federal do Espírito Santo - Ufes); Humberto Luis de Cesaro (IFSC); Giliane Dessbesell (Secretaria de Educação de Porto Alegre); Felipe Quintão Almeida (Ufes); Mark Norman (UofT); Guilherme Nothen (Secretaria do Esporte e Lazer/DF). Colegas de mais alta qualidade profissional e pessoal, que demonstraram alto grau de comprometimento com o processo editorial; pessoas com as quais mantemos uma relação extraordinária, e a quem podemos recorrer e confiar. Além desse grupo, temos também o Conselho Editorial da revista, que está passando por uma renovação, justamente neste ano em que a revista completa 25 anos de história. Enviamos convites, e já recebemos respostas, de colegas de várias partes do Brasil e do mundo, tanto para permanecerem quanto para se juntarem ao nosso Conselho Editorial. Quais foram os critérios que adotamos para fazer tais convites? Como somos uma revista brasileira com boa projeção internacional, e que aceita manuscritos nos quatro principais idiomas falados no continente americano, decidimos convidar colegas de vários cantos do mundo, mas tendo como objetivo principal aumentar o número de colegas do continente americano, sem deixar de fora colegas de outros continentes, que mantêm forte diálogo com as temáticas veiculadas pela *Movimento*. Com base nesse critério, agregamos colegas dos seguintes países do continente americano: Argentina, Uruguai, Colômbia, Chile, Canadá, além de colegas de países europeus, como Alemanha, Bélgica, Dinamarca, Espanha, Itália, Portugal. Da Oceania, contamos com um

colega, que é professor na Victoria University, em Melbourne, Austrália. A ideia de convidar um número maior de pessoas ligadas a países latino-americanos, está atrelada a um movimento que começamos a fazer quando a revista completou 20 anos. Naquela ocasião, lançamos um número especial intitulado Por uma Sociologia Pública do Esporte nas Américas: Conquistas, Desafios e Agendas Emergentes, e tivemos como editores convidados o professor Peter Donnelly (University of Toronto, Canada) e a professora Angela Aisenstein (Universidad de Luján, Argentina). No artigo que escrevemos em parceria, intitulado Por uma Sociologia Pública do Esporte nas Américas: um Chamado Editorial em prol de uma Educação Física Socialmente Relevante, escrito originalmente em três idiomas (inglês, espanhol e português), apontávamos que uma das nossas metas era “trilhar um processo de internacionalização com os ‘pés’ no território latino-americano e o ‘olhar’ na divulgação de pesquisas engajadas e socialmente relevantes para o continente” (DONNELLY; FRAGA; AISENSTEIN, 2014, p. 12). Nossa intenção, com aquele número, era reforçar o elo com os povos latino-americanos, processo que havia sido iniciado muito timidamente no ano de 2000, com o lançamento da seção Mercosul, no volume 6, número 13, mas que foi extinta apenas dois anos mais tarde.

Desde o lançamento do número especial comemorativo aos 20 anos da *Movimento*, temos procurado reatar os laços acadêmicos com colegas mundo afora, mas tendo como mote a maior atenção aos dilemas que afetam os povos latino-americanos, algo que nos últimos

tempos tem sido cada vez mais importante. É interessante observar que todos aqueles e aquelas que foram convidados/as recentemente para compor o Conselho Editorial, disseram estar honrados/as e orgulhosos/as com a lembrança e o convite, algo que evidentemente nos reconforta e anima para a sequência do trabalho. A partir desse tipo de retorno, começamos a perceber o impacto positivo da revista na comunidade não só brasileira, o que aumenta ainda mais a nossa responsabilidade. Cremos que um dos motivos para o impacto positivo entre colegas de países tão diferentes é o fato de a *Movimento* ser uma revista multilíngue, que aceita submissões em quatro idiomas: português, inglês, espanhol e francês, apesar de ainda não termos conseguido captar artigos nesse último idioma.

Enfim, há 25 anos temos conseguido agregar um grupo de pessoas de vários cantos do mundo em torno de uma revista que nasceu e segue vinculada à Esefid/UFRGS, o que nos permite dizer que a *Movimento* ultrapassou, e muito, os limites da nossa instituição. E isso se deve, certamente, à dedicação dos editores precursores da revista, o professor Marco Paulo Stigger, que, além de primeiro editor, foi também o criador da revista; o professor Vicente Molina Neto; o professor Jorge Luiz de Souza; e a professora Silvana Vilodre Goellner. Os quatro hoje compõem o quadro dos editores chefes eméritos.

De modo particular, e para encerrar esta longa resposta, uma das marcas que fundam minha experiência como editor chefe da *Movimento*, e que faço questão de salientar para os meus alunos de graduação e pós-graduação, é o fato de que, logo nos primórdios da revista, no tempo em que os

editores corriam atrás dos artigos para publicar, tive o privilégio de ter um artigo publicado de minha autoria no volume dois, número 3, de 1995, ou seja, no segundo ano da *Movimento*. O artigo se intitula *Concepções de Gênero nas Práticas Corporais de Adolescentes*, e nele analiso as relações de gênero em turmas de Educação Física da então 8ª série de uma escola pública municipal de Cachoeirinha, região metropolitana de Porto Alegre, na qual dei aulas regularmente entre os anos de 1991 até 1998, ano em que assumi uma vaga de professor no Departamento de Educação Física da Universidade Federal do Paraná. Gosto de salientar esse artigo pelo fato de que o publiquei numa época na qual os artigos não eram objetos acadêmicos tão valiosos; uma época na qual só se publicava quando se tinha algo a dizer para uma dada comunidade de leitores. No caso específico, tinha algo a dizer sobre o trabalho que fazia no chão de uma escola municipal, lugar que muitos de nossos alunos e nossas alunas de graduação ainda resistem em estar. Esse trabalho serviu de base para o projeto de mestrado que desenvolvi, entre 1996 e 1998, no PPG em Educação da UFRGS, e que deu origem a uma série de acontecimentos que me levaram a ser, hoje, professor da Esefid/UFRGS. Por isso, gosto muito de ver nos registros do meu primeiro artigo a menção “professor da Rede Municipal de Ensino Cachoeirinha”, publicado justamente na revista da qual sou hoje o editor chefe. Sei que é bastante inusitado, mas procuro usar esse episódio como inspiração para quem está começando a se aventurar no mundo acadêmico.

4) Como você percebe a nova parametrização de avaliação do atual

Qualis-Capes no que se refere à sustentabilidade das revistas na área de Educação Física e quais os desafios emergentes para uma assunção nesses referentes de qualidade? Que adequações e ações são necessárias em tempos de desinvestimentos e ameaças à Ciência no Brasil?

Esse é um tema que daria cinco dias de conversa. Esse problema relacionado ao Qualis-Periódicos vem se agravando, ao longo dos últimos anos, pois o princípio da avaliação, em nosso modo de ver, está equivocado. De acordo com o que consta na página oficial da Capes, na internet, o Qualis-Periódico “é uma ferramenta usada para classificar a produção científica dos programas de pós-graduação no que se refere aos artigos publicados em periódicos científicos”. É um princípio fundamentalmente baseado em um modelo matemático, no qual prevalece o Fator de Impacto (FI) da JCR como critério distintivo para aferição da qualidade de um periódico, e não na avaliação da qualidade do produto em si; no caso, o artigo.

Tal modelo é adotado no Brasil pela necessidade, manifestada em documentos oficiais da Capes, de discriminar e estratificar a produção dos docentes permanentes de PPGs. Apesar de haver uma série de itens que compõe o sistema de avaliação dos PPGs, o peso maior tem sido para o item publicação em revistas científicas. A cada quatro anos, os programas são avaliados e recebem uma nota dentro de uma escala que, até o momento em que concedo esta entrevista, varia entre um e sete. Os programas com melhores escores recebem mais recursos, ou seja, a discriminação existe, grosso modo, para estabelecer um critério de

distribuição dos cada vez mais escassos recursos públicos para financiamento de pesquisas.

Independentemente do objetivo final deste sistema de avaliação, que é em si bastante questionável, no que se refere ao processo de avaliação que resulta na elaboração dos critérios Qualis-Periódicos, a avaliação centrada em indicativos de mensuração de impacto tende a ser muito superficial, pois, por meio de ferramentas desta natureza, é possível avaliar, por exemplo, apenas a quantidade de vezes que uma revista é citada, e não o artigo que está ou será nela publicado. Uma revista pode ter um fator de impacto bastante elevado, em função de um grupo de artigos ter sido muito citado, em determinado período de tempo, mas isso não significa que os outros artigos tenham (ou venham a ter) a mesma *performance*. A injustiça desse sistema está no fato de que, tanto os autores do grupo de artigos com alta citação quanto os do conjunto de artigos com baixa citação, pelo simples fato de estarem publicados na mesma revista, receberão a mesma pontuação, dentro do sistema de avaliação da pós-graduação no Brasil. Além disso, ao privilegiar o FI, ou ferramentas de mensuração similares, não é levado em conta que o impacto de um trabalho na área das humanidades não pode ser comparado, por exemplo, com outro das ciências exatas, pois são muito diferentes. Outro ponto a destacar é que se deixa de avaliar a singularidade de cada artigo dentro de uma mesma área de conhecimento, e quanto esse artigo de fato contribui para o avanço das pesquisas naquela área. Por isso, em vez de usar ferramentas de mensuração de revistas para avaliar os artigos nelas publicados, é

preciso buscar critérios que permitam avaliar o que é um trabalho de qualidade em cada área. Por exemplo, o que é um trabalho de qualidade de Artes Visuais? O que é um trabalho de qualidade na área de Agronomia? O que é um trabalho de qualidade nas subáreas sociocultural e pedagógica da Educação Física? E na subárea biodinâmica? É muito difícil precisar, certamente, mas não será por meio de um modelo matemático que se chegará a um consenso, pelo contrário, temos visto, a cada quadriênio, que o processo de valorização das revistas por meio do FI tem levado a uma série de distorções, tanto no processo de produção quanto no de divulgação do conhecimento; e o prejuízo tem sido sempre muito maior para quem produz/divulga nas áreas das Ciências Sociais, das Humanidades e das Artes, que baseiam sua produção em teorias e metodologias qualitativas, portanto, mais artesanais. Recentemente, circulou uma lista com a nova classificação de periódicos, a partir de uma nova lógica que a Capes pretende - ou pretendia, não sabemos ainda - lançar para a avaliação ao final deste quadriênio. Nessa lista, que, de acordo com os comunicados disponibilizados no *website* da Capes não é oficial - alguns afirmam que sequer existe -, a lógica dos estratos, bem como a pontuação atribuída, tornou o processo de avaliação das revistas ainda mais incongruente. Tomando como base essa tal lista com o Qualis-Periódicos, que deverá ser único para todas as áreas, as revistas vinculadas à área 21 mudaram radicalmente de posição, e as revistas brasileiras foram condenadas ao segundo escalão do *ranking*. Os critérios não estão claros, e dada a repercussão negativa, houve recuo. Agora, tem se dito por aí que

não houve autorização para a circulação daquela lista, portanto, não teria qualquer validade. Logo que tomei conhecimento dessa nova classificação, disse a alguns colegas mais próximos que se o objetivo dos coordenadores de área na Capes era unificar o Qualis-Periódicos, para aumentar o rigor na avaliação, a lista que estava circulando seria uma prova cabal de que falharam redondamente na adoção de critérios. Vamos aguardar os desdobramentos.

Mesmo que aquela lista não venha a ser referendada, ao final do quadriênio, é preciso estar muito atento aos efeitos do movimento de unificação do Qualis-Periódicos, com base num modelo matemático. Parece não haver dúvidas de que está em curso uma supervalorização de um modo de fazer e divulgar ciência, que é bem mais afeito à subárea biodinâmica em nosso campo de atuação. Portanto, a classificação de revistas é mais uma forma, e das mais eficientes, de serem estabelecidas supremacias de uma área sobre a outra; de fazer crer que determinada forma de se produzir ciência tem mais valor do que outra. É isso que está no fundo dessa disputa pelo Qualis-Periódico único, que de único só tem a posição no estrato que uma dada revista ocupa, que agora vai de A1 a A4, e de B1 a B5, pois a classificação das revistas no Qualis-Periódicos continua sendo definida pelos critérios internos dos comitês de consultores de cada área de avaliação.

É difícil entender, num primeiro momento, mas a diferença em relação ao Qualis-Periódico anterior (ou melhor, o vigente) é que uma revista avaliada como A1 pela área “mãe” será considerada A1 por todas as demais áreas. E esse foi o ponto central para a deflagração de uma

forte disputa entre as áreas na Capes, porque dá para imaginar que áreas tradicionalmente hegemônicas, como a Medicina, teriam grande dificuldade em acolher uma revista classificada como A1 proveniente das áreas-mãe Educação ou Artes. Antes de a Capes decidir adotar o Qualis-Periódicos único, uma mesma revista poderia aparecer como A1 na Educação e B5 na Medicina, o que, aliás, era bem comum, pois cada área tinha autonomia para definir a posição de uma revista, independentemente do fato de essa revista constar ou não no Qualis de outra área. Então, como dá para perceber, a definição do Qualis-Periódicos unificado levou à disputa pela definição de um critério único a ser aplicado transversalmente em todas as áreas, prevalecendo a adoção de um modelo matemático. Na minha singela opinião, esse modelo adotado no fundo não apenas classifica as revistas, mas indiretamente também as áreas de conhecimento, ou seja, a aplicação desse critério único não resultaria apenas em uma lista de revistas A e B, mas na classificação de áreas de conhecimento em A e B. Por isso, penso que é fundamental um posicionamento muito firme, bem como a apresentação de critérios alternativos bem consistentes, por parte das áreas mais prejudicadas.

Outro ponto absolutamente importante de ser levado em consideração nesse processo de reorganização dos critérios, e que também precisa ser enfrentado pelos coordenadores das áreas mais prejudicadas, é a desvalorização da língua portuguesa como forma de comunicação científica. Minha opinião sobre esse assunto está centrada em uma experiência muito marcante, na minha vida acadêmica, que foi ter atuado de março de

2017 a fevereiro de 2018 como professor visitante na Universidade de Toronto, no Canadá. Durante esse período por lá, pude constatar, especialmente em conversas com os colegas das subáreas sociocultural e pedagógica, bem como com editores de revistas de língua inglesa dessas mesmas subáreas, que o mais importante no processo de comunicação científica é ter algo a comunicar à comunidade acadêmica da qual fazem parte, algo que é absolutamente básico no processo de divulgação científica. Por isso, o número de revistas científicas nas quais os pesquisadores anglófonos submetem seus manuscritos é muito menor do que nós, pesquisadores brasileiros, submetemos. Aqui, em função da lógica absurda da definição de notas dos programas no que se refere à publicação estar baseada na mediana auferida ao final do quadriênio, os docentes credenciados são praticamente obrigados a enviar sua produção a várias revistas para aumentar o potencial de artigos publicados e, assim, ganhar pontos suficientes - coisa que só sabem ao final do quadriênio -, para se manter na condição de credenciados. O volume de submissões por parte de docentes nessa condição, ou por parte daqueles que almejam chegar lá, aumentou consideravelmente, o que tem afetado a capacidade de processamento dos manuscritos por parte das revistas nacionais, levando a outro efeito colateral: ao aumento no número de artigos traduzidos e submetidos para revistas de língua inglesa.

Obviamente, há trabalhos realizados no Brasil que têm potencial para atrair o interesse de pesquisadores estrangeiros, e, nesses casos, sim, é importante tentar publicar em língua

inglesa e fazer o trabalho chegar a um maior número de leitores, pois a língua inglesa tem um potencial de alcance realmente muito maior. O problema é quando a publicação em inglês se torna regra praticamente compulsória, assim como é no Brasil, o que acaba impondo tremenda desvantagem para quem não tem inglês como primeira língua. É interessante notar de que modo os pesquisadores do mundo anglo-saxão veem essa questão. Peter Donnelly, professor da Universidade de Toronto, que foi editor de duas das mais importantes revistas da área da Sociologia do Esporte, chamou a atenção, em 2004, em um editorial publicado na *International Review for the Sociology of Sport*, para o fato de que há um custo étnico a ser pago por quem publica numa outra língua, que vai muito além do custo econômico. Por exemplo, há um custo a ser pago para se posicionar no debate específico de um dado assunto que circula majoritariamente em língua inglesa, pois, no processo de tradução de uma língua para outra, há perdas consideráveis de boa parte daquilo que foi pensado e expresso na língua nativa, principalmente nas áreas das humanidades e nas Ciências Sociais, nas quais a elaboração de conceitos, o uso de metáforas, a necessidade do bom manejo da narrativa, a captação de nuances de significado são cruciais no processo de produção e comunicação. Não se trata, portanto, de um simples processo de tradução de uma língua para outra, e sim de um processo de “transcrição”, o que resulta praticamente em um novo trabalho, cujo custo é sempre maior do que a despesa financeira final.

Então, já vislumbrando esse cenário, a revista *Movimento* definiu sua

política editorial internacional de um modo muito singular em relação a esse tema. Não deixaremos de publicar artigos em língua inglesa, pois essa é uma das exigências das bases de dados internacionais nas quais estamos indexados, mas, como já comentei em uma das respostas anteriores, vamos aceitar submissões em qualquer um dos quatro principais idiomas falados no continente americano: português, espanhol, inglês e francês. Dessa forma, não deixamos de valorizar o que é um dos maiores patrimônios do povo brasileiro, que é a língua portuguesa e, ao mesmo tempo, nos posicionamos geograficamente no cenário internacional como uma revista articulada às questões que afetam os demais países do continente, em especial os latino-americanos. Acreditamos que, desse modo, conseguimos sinalizar mais claramente para os nossos autores/leitores o tipo de produção que interessa à revista publicar, para que, com base nessas premissas, tenhamos mais visibilidade e reconhecimento. Obviamente, vamos seguir dialogando com os critérios impostos pelas agências de fomento, comitês de avaliação e, fundamentalmente, as bases de dados, ou seja, vamos jogar dentro das regras do jogo, mas mantendo a independência editorial e a crítica às injustiças produzidas pelo sistema de avaliação vigente no Brasil.

Por fim, cabe destacar, ainda, que considero muito importante construir uma frente de trabalho com os demais editores das revistas de EFE para buscar saídas coletivas a desafios comuns que vamos enfrentar nos próximos anos. Tivemos um encontro de editores muito interessante, durante a programação do Conbrace deste ano, ocorrido em setembro, na cidade de

Natal/RN. A pauta principal foi a famigerada e já comentada nova lista do Qualis-Periódicos da Capes e as perspectivas quanto ao enfrentamento da progressiva desvalorização das revistas nacionais. Naquele encontro, combinamos de fazer outro, que será em Porto Alegre, entre os dias 28 e 29 de novembro deste ano. Estamos chamando de Fórum de Editores de Periódicos Científicos de Educação Física, e será realizado nas dependências da Esefid/UFRGS, com a celebração dos 25 anos da Movimento. Esperamos contar com um número considerável de colegas que vem escrevendo a história da publicação científica em nossa área, especialmente os colegas editores responsáveis por revistas como a *RBCE*, a *Motrivivência*, a *Revista Brasileira de Cineantropometria e Desenvolvimento Humano*, a *Revista Brasileira de Ciência e Movimento Humano*, a *Revista Brasileira de Educação Física e Esporte*, a *Pensar a Prática*, a *Revista Brasileira de Atividade Física e Saúde*, a *Licere*, a *Revista Brasileira de Estudos do Lazer* e outras tantas que têm recém-começado a se aventurar no trabalho com editoração científica no Brasil, como é o caso da *Revista de Educação Física, Saúde e Esporte (Refise)*. São revistas que, independentemente de seu escopo, vêm apostando na qualificação do processo editorial não apenas para receber mais artigos de qualidade de pesquisadores e professores daqui, como também preservar esse patrimônio científico-cultural nacional

5) Como a *Refise* pode contribuir para a produção do conhecimento científico na área de Educação Física na Região Nordeste no sentido da

“(des)colonização”, uma vez que temos maior ênfase territorial no campo da pesquisa - Grupos de pesquisa, Programa de Pós-Graduação, revistas reconhecidas -, nas Regiões Sul-Sudeste?

É uma excelente questão. É muito interessante analisar esse fenômeno do surgimento de revistas em diferentes cantos do Brasil, apesar dos pesares. E o caso da *Refise*, pelo que vocês já me relataram, é muito interessante e singular, e vou comentar na sequência da resposta.

De modo geral, o problema a ser enfrentado pelas revistas que começam a aparecer na cena editorial brasileira na era Qualis-Periódicos é se manter regular, ou seja, ter artigos suficientes para manter a publicação dos números dentro do cronograma estabelecido. E para uma revista manter a regularidade da publicação, é preciso ter capacidade de atração de artigos interessantes, o que exige dos editores muita dedicação no processo de construção de uma identidade editorial que posicione o periódico num dado nicho dentro do contexto nacional. Para tanto, algumas perguntas-chave devem ser feitas por quem pretende se apresentar nesse cenário: que tipo de produção acadêmico-científica a revista pretende acolher e veicular? Como esse novo projeto se articula e, fundamentalmente, distingue-se dos projetos de revistas já consolidadas na mesma área? De que modo o escopo da revista pode ser suficientemente atrativo e, assim, conquistar autores/leitores identificados com as temáticas que a revista veicula? No Brasil, o índice de revistas que surgem e desaparecem é bastante significativo; não disponho de dados para afirmar com precisão quantas

já fecharam as portas, mas muito provavelmente as revistas que abriram, e depois de certo tempo fecharam, eram aquelas cujo projeto não foi concebido, ou ao menos abraçado, pela instituição na qual o periódico está atrelado. O começo é sempre muito difícil, a revista *Movimento*, por exemplo, apesar de ser outra época, levou quase dois anos para publicar o seu primeiro número, tanto por não haver o hábito de se publicar em revistas científicas quanto pelo fato de ser desconhecida do grande público. Além disso, assim como outras tantas que surgiram antes, ou na mesma época, a *Movimento* começou como uma revista guarda-chuva, ou seja, aceitando manuscritos de todos os temas possíveis da Educação Física. E assim foi até 2003, quando passou a publicar somente artigos provenientes das subáreas sociocultural e pedagógica.

Em função do elevado número de revistas ativas nos dias de hoje, um periódico precisa deixar muito claro qual é o seu escopo. E quanto mais específico, melhor para o seu posicionamento entre os demais da mesma área de abrangência. Apenas para se ter uma ideia, há uma revista editada nos Estados Unidos da América, chamada *Field Methods*, que publica somente artigos sobre processos de produção e análise de dados de pesquisas qualitativas, e há muito a ser publicado dentro desse campo bem específico, apesar de parecer exatamente o contrário. Outro exemplo de escopo específico, entre tantos possíveis, é da revista chamada *Postcolonial Studies*, vinculada ao The Institute of Postcolonial Studies, localizado em Melbourne, Austrália. Esse periódico dedica-se à temática dos efeitos da colonização majoritariamente dentro da

perspectiva dos estudos culturais, mas que também aceita artigos sobre decolonização (ou descolonização), tema que parece estar de algum modo relacionado ao foco da *Refise*. Quando uma revista se especializa em um assunto, é interessante observar que o conjunto de autores/leitores passa a reconhecê-la como vinculada àquele assunto, o que leva à maior captação de artigos de interesse, sem contar o fato de que facilita até mesmo o processo de captação de pareceristas. Assim, o periódico aumenta sua capacidade de contribuição ao campo científico.

No caso da *Refise*, parece-me implícito, nesta última pergunta, que vocês estão interessados em divulgar pesquisas em Educação Física que tenham a Região Nordeste do Brasil como ponto geográfico de referência e o tema da (des)colonização como elemento articulador dos trabalhos a serem submetidos. Se for assim, creio que vocês acertaram em cheio na estratégia. É algo realmente inovador. Se vocês tiverem a oportunidade de fazer um mapeamento sobre o que já tem produzido sobre esse tema na região, talvez esse venha a ser um diferencial não apenas para os pesquisadores situados no Nordeste, mas para os pesquisadores do Brasil inteiro. Se esse for realmente o caminho, talvez vocês possam lançar um número especial sobre, por exemplo, “a produção nordestina a partir da perspectiva da descolonização em relação à Região Sul-Sudeste”, ou algo nessa linha. Certamente, demarcaria o território de produção da revista, bem como atrairia muita gente espalhada pelo Brasil que estuda o tema.

Como todo começo, e dada a realidade brasileira, muito provavelmente a revista vai ter por um certo tempo um número reduzido de artigos, pois é

possível que ainda não haja número suficiente de pesquisadores produzindo nessa interface temática, mas uma das funções de uma revista é também a indução de temas importantes a serem pesquisados em dada área. A comunidade existe para que você possa dialogar com ela. Não se trata de publicar apenas os temas já estabelecidos, mas também de provocar o debate de temas emergentes. É a função, por exemplo, dos dossiês específicos em revistas já consolidadas. Demanda-se um tema específico e este passa a ser estudado/pesquisado pela comunidade. A revista funciona, nesse caso específico, como mediadora do diálogo entre os membros dessa comunidade acadêmica. E essa estratégia

pode muito bem ser usada para fazer com que a política editorial de uma revista galgue mais espaço no cenário editorial e reforce ainda mais sua identificação com um dado tema e determinada região. Portanto, o fato de não ter muita gente pesquisando sobre o assunto pode até ser um ponto positivo para a revista, tudo depende da capacidade de posicionamento e articulação institucional para mobilizar recursos humanos e financeiros, tanto internamente quanto em associação com outras instituições. O fato é que a *Refise* começa em sintonia com os temas contemporâneos na Educação Física, já demarca um lugar nesse cenário, ou seja, já nasce como uma revista promissora.

Entrevista concedida em 24 de outubro de 2019, na Cidade de Fortaleza/CE.

REFERÊNCIAS

CAPES. Disponível em: <https://capes.gov.br/avaliacao/instrumentos-de-apoio/qualis-periodicos-e-classificacao-de-producao-intelectual>. Acesso em: 10 nov. 2019.

DONNELLY, Peter. Editorial. *International Review for the Sociology of Sport*, v. 39, n. 1, p. 5-6, 2004.

DONNELLY, Peter; FRAGA, Alex Branco; AISENSTEIN, Angela. Por uma sociologia pública do esporte nas Américas: um chamado editorial em prol de uma educação física socialmente relevante. *Movimento*, v. 20, p. 9-20, 2014.

FRAGA, Alex Branco. Concepções de gênero nas práticas corporais de adolescentes. *Movimento* (Esefid/UFRGS), v. 2, n. 3, p. 35-41, 1995.

CREDENCIAIS DOS ENTREVISTADORES

¹Samara Moura Barreto de Abreu

Doutoranda em Educação no Programa de Pós Graduação em Educação pela Universidade Estadual do Ceará (PPGE UECE). Mestre em Educação formada no mesmo programa - PPGE UECE, com área de concentração em formação de professores(2015). Especialista em Educação Física Escolar pela Universidade Cândido Mendes(2013). Graduação em Educação Física pela Universidade Estadual do Ceará (2007).

E-mail: samaraef@hotmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8989448843028647>

²Braulio Nogueira de Oliveira

Possui título de licenciatura plena em Educação Física pela Universidade Estadual do Ceará. Especialização em Saúde do Idoso pela Universidade Estadual do Ceará. Especialização em caráter de Residência Multiprofissional em Saúde da Família - EFSFVS. Mestrado acadêmico em Saúde Coletiva pelo Programa de Pós-graduação em Saúde Coletiva (PPSAC-UECE). Atualmente é doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

E-mail: brauliono08@hotmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6972021620191039>